

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA

Número do Processo:	00000.0.145889/2025 (VOLUME 1) - VS
Interessado:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA -SMECONOMIA
Data de Abertura:	15/10/2025
Data do Volume:	15/10/2025 11:06:27
Assunto:	ENCAMINHA OFÍCIO №. 374/GAB/SMECONOMIA/2025 EMENDA MODIFICATIVA SISTEMA FINANCEIRO DE CONTA ÚNICA
Classificação Arquivística:	99.99.99 - NÃO INFORMADO











OFÍCIO nº 374/GAB/SMEconomia/2025

Cuiabá-MT, 09 de outubro de 2025.

Ao Ilmo. Senhor **LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO JÚNIOR**Procurador-Geral do Município

Assunto: Emenda Modificativa - Sistema Financeiro de Conta única.

Senhor Procurador Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, utilizo-me do presente expediente para remeter a minuta de Emenda Modificativa à Mensagem nº 108/2025, que trata do Projeto de Lei que "Dispõe sobre a instituição do Sistema Financeiro de Conta Única do Poder Executivo do Município de Cuiabá".

As alterações realizadas se limitaram ao artigo 1º, no qual ficam excetuadas as Autarquias em Regime Especial, Empresas Públicas não dependentes e Sociedades de Economia Mista não dependentes, e ao artigo 9º, do qual foi retirado o termo "Autarquia".

Diante disso, encaminhamos os autos para análise e manifestação dessa Douta Procuradoria.

Sem mais para o momento, antecipamos agradecimentos e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MARCELO EDUARDO BUSSIKI RONDON Secretário Municipal de Economia





### EMENDA MODIFICATIVA À MENSAGEM Nº. 108/2025

EMENDA MODIFICATIVA À MENSAGEM Nº 108/2025, QUE TRATA DE PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DE CONTA ÚNICA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Cuiabá, com base no § 1º do art. 148-R do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá (Resolução nº 08, de 15 de dezembro de 2016), apresenta a esta Casa Legislativa a presente Emenda Modificativa à Mensagem nº 108/2025, já em tramitação nesta Câmara, nos seguintes termos:

# EMENDA MODIFICATIVA AO CAPUT DO ART. 1º e CAPUT DO ART, 9º DO PROJETO DE LEI DE QUE TRATA A MENSAGEM Nº 108/2025

"Art.1º Fica instituído o Sistema Financeiro de Conta Única, no âmbito do Poder Executivo, como instrumento de gerenciamento de todos os recursos e aplicações financeiras dos órgãos públicos municipais da Administração Direta e Indireta, excetuadas as Autarquias em Regime Especial, Empresas Públicas não dependentes e Sociedades de Economia Mista não dependentes, inclusive fundos por eles administrados, independentemente de sua origem, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Economia, em cumprimento ao princípio de unidade de tesouraria, previsto no art. 56 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964."

(...)

"Art.9" Os saldos financeiros, por fonte de recursos, das fundações e fundos de qualquer natureza, no final de cada exercício financeiro, serão revertidos ao Tesouro Municipal como Recursos Ordinários do Tesouro, ainda que disposto de forma diversa na lei de criação da entidade ou fundo municipal."

(...)

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, de de 2025.

## ABILIO JACQUES BRUNINI MOUMER PREFEITO DE CUIABÁ





## DESPACHO N.º 1475/GAB/PAAL/PGM/H/2025

PROCESSO (SIGED): 00000.0.145889/2025

INTERESSADO (A): SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO /

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA

ASSUNTO: EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2025 (PROCESSO Nº 36432/2025) E MENSAGEM Nº 108/2025 - SISTEMA FINANCEIRO DE CONTA ÚNICA

Vistos, etc.

Cuida-se de processo administrativo encaminhado a esta Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos (PAAL), com a finalidade de análise da minuta de **Emenda Modificativa** à **Mensagem nº 108/2025**, referente ao **Projeto de Lei Complementar nº 49/2025** (Processo nº 36432/2025), atualmente em tramitação na Câmara Municipal de Cuiabá, que dispõe sobre a **instituição do Sistema Financeiro de Conta Única do Município de Cuiabá**.

Por meio do Ofício nº 374/GAB/SMEconomia/2025, a Secretaria Municipal de Economia propõe alteração do art. 1º, caput, e do art. 9º, caput, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2025, com o objetivo de excetuar da aplicação do Sistema Financeiro de Conta Única as autarquias em regime especial, empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, bem como os fundos por elas administrados.

Cumpre registrar que o referido Projeto de Lei Complementar já foi objeto de exame por esta Procuradoria, nos termos dos Pareceres Jurídicos nº 603/PAAL/PGM/B/2025 e nº 612/PAAL/PGM/B/2025, ambos homologados pelos Despachos de Homologação nº 1349/GAB/PAAL/PGM/H/2025 e nº 1358/GAB/PAAL/PGM/H/2025, respectivamente. Naquelas oportunidades, esta Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos (PAAL) manifestou-se favoravelmente quanto à juridicidade da proposta, condicionando a continuidade da tramitação à incorporação de ajustes redacionais e formais, de modo a aprimorar a técnica legislativa e assegurar juridicidade e padronização normativa do texto.

Os mencionados pareceres enfrentaram de forma detalhada e fundamentada os aspectos de constitucionalidade, competência legislativa e compatibilidade normativa, especialmente no que tange à conformidade com a Constituição Federal e com a legislação federal e infraconstitucional aplicável.

Na sequência, os autos foram encaminhados à Secretaria Municipal de Economia, acompanhados da minuta revisada, para apreciação e eventuais considerações. Após análise, a unidade proponente acatou substancialmente as recomendações constantes dos pareceres jurídicos, mantendo a essência normativa da proposta, e encaminhou o processo à Secretaria Municipal de Governo, que adotou as providências





necessárias para o envio da *minuta* do Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal de Cuiabá.

Considerando que as alterações propostas na minuta de Emenda Modificativa à Mensagem nº 108/2025, relativa ao Projeto de Lei Complementar nº 49/2025 (Processo nº 36432/2025), limitam-se a ajustes pontuais de conteúdo, especificamente voltados à exclusão da autarquia em regime especial (Autarquia Reguladora) do âmbito de aplicação do Sistema Financeiro de Conta Única, sem repercussão sobre os aspectos de constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa anteriormente analisados, e dizem respeito exclusivamente à esfera de conveniência e oportunidade administrativa, entendo que não se faz necessária a emissão de novo parecer jurídico.

Os fundamentos e conclusões constantes dos **Pareceres Jurídicos** nº 603/PAAL/PGM/B/2025 e nº 612/PAAL/PGM/B/2025, ambos homologados pelos **Despachos** nº 1349/GAB/PAAL/PGM/H/2025 e nº 1358/GAB/PAAL/PGM/H/2025, permanecem plenamente aplicáveis à presente Emenda Modificativa.

Dessa forma, *ratificam-se* integralmente os entendimentos jurídicos anteriormente exarados.

Assim sendo, os autos devem ser encaminhados à autoridade administrativa competente, para que, no exercício de suas atribuições legais, delibere sobre o envio da proposta de Emenda Modificativa à Mensagem nº 108/2025 à Câmara Municipal de Cuiabá, observando-se os trâmites e formalidades cabíveis no âmbito do processo legislativo.

Por fim, cumpre destacar que a formalização da proposta de Emenda Modificativa e a responsabilidade pela definição de seu conteúdo competem exclusivamente à autoridade administrativa competente, a quem incumbe o juízo final de conveniência e oportunidade, observados os princípios da legalidade, eficiência e segurança jurídica.

Diante disso, **encaminham-se os presentes autos à Secretaria Municipal de Governo** para ciência do presente despacho e adoção das providências cabíveis.

Cuiabá, [data da assinatura eletrônica].

assinado eletronicamente

#### HERMANO JOSÉ DE CASTRO LEITE

Procurador-Chefe de Assuntos Administrativos e Legislativos ATO GP Nº 982/2025

